

IMPOSTOS SOBRE ELETROELETRÔNICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO NO SÉCULO XXI

GUERRA, Wesley Tiago da Silva¹

ROIM, Talita Prado Barbosa²

Resumo:

Nesse artigo falaremos sobre Impostos sobre eletroeletrônicos no estado de São Paulo no século XXI, e desvendar nosso problema, que é o por que que o estado de São Paulo tem taxas elevadas. Acreditamos que tenham varias causas, para estas altas taxas, mas duas se destacam, são elas a produtividade baixa e o custo Brasil, as principais causas da baixa produtividade são a burocracia e a regulamentação antiga e imprópria e a falta de infraestrutura, já a causa do “Custo Brasil” é uma opção do nosso governo, que onera a produção nacional, isso nada mais é que um valor adicional que é gasto, por todos que se dispõe a produzir em nosso país. A justificativa desse artigo é clara, a inquietação perante estes impostos, na metodologia mostraremos como irá ser feito passo a passo do nosso artigo, em qual livros buscamos como referencia, quais tipos de pesquisas foram feitas, nossa proposta para o artigo, o tempo para ser desenvolvido e etc. Também iremos estudar mais a fundo a historia do imposto no nosso país, para assim termos base para entendermos desde onde isso esta errado, depois delimitaremos ao imposto no estado de São Paulo, falaremos também sobre a forte crise americana de 2008 que afetou todo o mundo. E no final daremos nossas considerações, sobre o que desvendamos, e qual nossa opinião sobre o assunto.

Palavras-chave: Crise. Custo Brasil. Eletroeletrônicos. Imposto. Inflação.

Abstract:

In this article we'll talk about taxes on electronics in the state of São Paulo in the twenty-first century, and unravel your problem, which is why the state of São Paulo has high rates. We believe we have several causes for these high rates, but two stand out, they are low productivity and cost Brazil, the main causes of low productivity are the bureaucracy and the old and inappropriate regulation and lack of infrastructure, since the cause of the "Cost Brazil" is an option in our government, which is charged on domestic production, it is nothing more than an additional amount that is spent, by everyone who is willing to produce in our country. The rationale of this article is clear, the concern about these taxes, the methodology we show how our step by step article will be done, which seek books as reference, what kinds of research, our proposal to the article, the time to be developed and so were made. We will also study more

¹ Acadêmico do curso de Administração da Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista – FAIP
e-mail: w-guerra1@hotmail.com

² Docente dos cursos de Administração, Educação Física, Moda e Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista – FAIP da Sociedade Cultural e Educacional do Interior Paulista. Bacharela em Turismo pela Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF. Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais, bem como Mestre e Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Campus de Marília. proftalitaprado@yahoo.com.br

deeply the history of tax in our country , so as to understand basic terms from where it is wrong , then delimitaremos to tax in the state of São Paulo , also we will talk about the strong American crisis of 2008 that affected worldwide . And in the end we give our considerations about what we unravel , and what our opinion on the subject.

Key Words: Cost Brazil. Crisis. Electronics. Inflation. Tax.

Introdução

Nesse artigo iremos falar sobre os impostos no estado de São Paulo, e saber o por que de taxas elevadas, mesmo com incentivos do governo como por exemplo o IPI Reduzido e outras coisas, um assunto que gera muita polemica são os impostos sobre produtos no Brasil, principalmente os Eletrônicos. O que nos leva a uma questão: Porque os impostos sobre eletroeletrônicos no estado de São Paulo têm taxas tão elevadas?

Acreditamos que tenham várias causas, para as taxas elevadas, se destacaram: Produtividade baixa e o “Custo Brasil”. As principais causas da baixa produtividade são a Burocracia a regulamentação antiga e imprópria e a falta de infraestrutura. Já a causa do “Custo Brasil” é uma opção do nosso governo, que onera a produção nacional, isso nada mais é que um valor adicional que é gasto, por todos que se dispõe a produzir em nosso país.

O ideal seria buscar eficiência e competitividade, diminuir a burocracia e reduzir impostos cobrados, que são desnecessários.

Nossa meta com esse artigo é analisar os impostos sobre eletroeletrônicos no estado de São Paulo, comparados com outros estados brasileiros, e tentar buscar conclusões, sobre os motivos de taxas sobre produtos ser tão elevada.

Pesquisar sobre a historia do imposto no Brasil, no estado de São Paulo e no século XXI, analisar taxas tributárias do estado de São Paulo, pesquisar onde se fundamenta o valor dessas taxas, verificar em que posição está classificada, a taxa de imposto para o estado de São Paulo, comparando com outros estados brasileiro e estudar se está correto a aplicação das taxas.

É importante abordar esse tema, pois propomos analisar os impostos elevados no estado de São Paulo, em especial, os impostos sobre eletroeletrônicos, pesquisando, e tentando desvendar, o porquê de impostos altos, tanto no comercio interno do estado como, no comercio interestadual.

Dados da Secretaria da Fazenda (2014, on line) e do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior (2007, on line) demonstram que os impostos realmente são elevados, justificando a necessidade da análise.

Para responder o problema de pesquisa será feito uma pesquisa bibliográfica, para adquirir um maior conhecimento sobre o assunto, e uma pesquisa documental, para analisar dados sobre impostos no estado de São Paulo.

Segundo Fachin (2005, p. 167)

[...] a pesquisa bibliográfica diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras. Tem como finalidade fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e proporcionar a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa. Ela constitui o ato de ler, selecionar, fichar, organizar e arquivar tópicos de interesse para a pesquisa em pauta. (FACHIN, 2005, p.167)

A mesma autora (FACHIN, 2005, p. 136) também fala sobre a pesquisa documental, que para ela

1. História do Imposto no Brasil

Para se compreender problemas, questões atuais, muitas vezes temos que voltar ao passado, para pesquisar, e entender as bases, de certa lei, ou economia, por isso será necessário analisar em que se fundamenta, qual é a origem dos impostos brasileiros.

O que foi descoberto por meio de estudos de Ricardo Varsano, (1996, p. 5) Coordenador Geral de Estudos Setoriais da Diretoria de Pesquisa do IPEA, é o fato de que

A República brasileira herdou boa parte da estrutura tributária que esteve em vigor até a década de 30, do Império. Sendo uma economia totalmente voltada a agricultura, e extremamente aberta, a maior fonte de receitas públicas era o comércio exterior, especialmente, o imposto de importação, que em diversas vezes, chegou a corresponder 2/3 da receita pública, e as vésperas da proclamação da republica, este imposto era responsável por metade da receita total do governo (VARSANO, 1996, p.5)

Caminhando um pouco mais a frente na Historia do Brasil, chegamos aos tempos de repressão no Estado brasileiro, mais precisamente o período em o povo daqui viveu sobre o regime militar, e nem só pela repressão, medo e crimes, aquela época é lembrada, e segundo Gisele dos Reis Cruz, (2013 p.32) Professora Adjunto II da Universidade Federal Fluminense, no Instituto de Ciências da Sociedade, no Departamento de Ciências Sociais. Polo Campos dos Goytacazes, que “Aquele regime tinha um modelo de economia a ser seguido, que nada mais era que um conjunto de fatores, entre eles o desenvolvimento centrado no capital internacional”.

Entra ai o governo de Castelo Branco, o inicio do governo militar que,

Segundo José Pedro Macarini, (2000, p.2) Professor Assistente-doutor do Instituto de Economia da UNICAMP.

O país naquela época (meados da década de 60) vivia uma forte crise e a primeira etapa, durante o governo de Castello Branco, teve como prioridade Econômica, ao combate da inflação, para que assim a economia do país, voltassem a ter um potencial de crescimento de uma economia de livre iniciativa.

De acordo com Ricardo Varsano, (1996, p. 9), essa reforma de 1964, não se pode dizer que foi necessária, mas era inevitável, com a inflação em alta, o povo descontente, Mas o governo ditatorial se enrolou em seus próprios erros.

Após a revolução de 1964, a Tributação brasileira que estava em níveis muito elevados, deu um novo impulso, a reforma tributaria, pois a mesma passou a encontrar menos obstáculos tanto institucionais como políticos, e entre 1964 e 1966 essa nova reforma, foi implantada concedendo-se prioridade para as medidas que, de um lado, contribuíssem de imediato para a reabilitação das finanças federais e, de outro, atendessem de forma mais urgente os reclamos de alívio tributário, dos setores empresariais. (VARSAÑO, 1996, p.9)

Essa reforma tinha grandes possibilidades de obter êxito, mas para calar o povo que não concordava com a ditadura, atrás de seus direitos, o governo ditatorial, teve que gastar muito dinheiro publico, para fazer propagandas, como por exemplo, nas copas do mundo de 1966 e 1970, para tentar conseguir o patriotismo nacional, e também para armamentos, para poder manter o povo calado e sob controle.

Após a situação insustentável da ditadura, no ano de 1985, o Brasil se viu livre dos governos autoritários, após mais de 20 anos de opressão.

Chegamos a mais um capítulo da historia da economia brasileira, o plano Collor, No ano de 1990, o governo brasileiro da época, anunciou um programa com a finalidade de parar a hiperinflação, e assim manter sob controle a inflação brasileira.

De 1986 a 1990 essa foi a segunda reforma, a primeira foi o plano cruzado, de acordo estudos de Affonso Celso Pastore, (1991 revista RBE vol.45 p.158) Professor de Economia da USP,

A primeira diferença importante do Plano Collor diz respeito ao tamanho do déficit público operacional, que neste caso era significativamente superior ao do experimento anterior. A preocupação do Governo, neste caso, manifestase no anúncio de que irá reduzi-lo através de uma reforma patrimonial, a privatização de um certo número de empresas estatais e de uma reforma administrativa, reduzindo o custo da máquina estatal. De concreto, contudo, as medidas inicialmente implementadas produziram uma redução significativa, ou talvez a eliminação, do déficit operacional para o ano de

1990, à custa de um gigantesco imposto sobre o capital. (PASTORE, 1991 p.158)

Esse plano não deu certo, apesar de surpreender a todos, por sua ousadia, era muito frágil, como ficou comprovado, nos estudos de Mario Henrique Simonsen, (1991 revista RBE vol.45 p.124) Professor e Diretor-Geral da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV,

O sequestro de quase 80% da liquidez de M4 anunciado em 16 de março de 1990 surpreendeu a opinião pública não apenas pela ousadia das medidas provisórias, mas pela sua imprevisibilidade teórica. Com efeito, a aceleração da inflação no final do governo Sarney devia-se a dois fatores: ao crescimento nominal de M4 e ao aumento de sua velocidade - renda, pelo temor de algum calote na dívida interna [...](SIMONSEN, 1991 p.124)

O resultado não poderia ser outro, se não o fracasso, o plano econômico brasileiro vem mudando ao decorrer dos últimos 20 anos, no governo do FHC, Lula e agora a Dilma, já passamos pelo URV q foi uma espécie de adaptação do Real, e agora passamos por um momento de maior estabilidade.

2. Imposto no estado de São Paulo

O imposto no estado de São Paulo, vem da mesma origem do imposto brasileiro, já que fazemos parte dos estados brasileiros, a diferença é que como um estado, São Paulo, interage com o restante dos estados , pois cada um tem uma taxa tributaria diferente, e elas devem ser respeitadas, e o crescimento econômico dos estados, resulta no crescimento econômico do Brasil segundo estudos de Fernando Sagueiro Perobelli e Eduardo Amaral Haddad, (2006 p.63 e 64) Coordenador e professor de mestrado em Economia Aplicada da fea/ufjf e pesquisador do NEREU/USP, e Professor do ipe/usp e pesquisador do nereus/usp

Isso reflete a importância do mercado paulista enquanto destino da produção dos bens produzidos nas demais unidades da Federação; e em, geral, a participação do comércio inter-regional, em termos do conjunto das vendas interestaduais das unidades da Federação de uma determinada macrorregião, tem aumentado, isto é, a importância do comércio inter-regional diante das operações intra-regionais torna-se maior. No caso das exportações, a participação inter-regional para o Norte é de 88% do comércio interestadual e 59,6% para o Nordeste. (PEROBELLI e HADDAD, 2006 p. 63-64)

O estado de São Paulo, é um estado forte financeiramente, Mas que tem seus problemas, pela má administração, por conta disso a desigualdade social é enorme, entre a classe baixa e a clássica alta é um abismo, Mas os impostos altos nunca mudam, pior para o assalariado que

sempre acaba na pior, e nisso a classe mais bem remunerada se segrega cada vez mais, Essa questão socioeconômica fica bem visível no pensamento de Flavio Villaça, (2013 p. 1377)

Temos fortes razões para acreditar, embora não tenhamos estudado outras metrópoles além das brasileiras que tanto a segregação quanto o seu impacto sobre a estrutura urbana, tal como aqui estudados, serão tão mais forte quanto maior for o desnível entre os poderes econômico e político das classes sociais. Desde a segunda metade do século XIX, quando a maioria das atuais metrópoles do país começaram a apresentar altas taxas de desenvolvimento, as classes de mais alta renda começaram a exibir um processo de segregação que segue, até hoje, a mesma tendência. Em todas elas sem exceção, a tendências dessas classes se segregarem em uma única e mesma região da cidade: o sul, no Rio e Recife, o quadrante sudoeste, em São Paulo, a zona oeste em Porto Alegre, a sudeste em Belo Horizonte, e as proximidades da costa do alto mar em Salvador. (VILLAÇA 2013 p.1377)

Outra coisa deve ser mostrado é a tabela do ICMS, que mostra como funciona as taxas de tributação entre os estados brasileiros. Segundo o site <http://www.sitesa.com.br>

Postagem: Alíquotas de ICMS para operações dentro e fora do estado

ICMS - Tabela de Alíquotas nas Operações Interestaduais.

	DESTINO																										
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RN	RS	RJ	RO	RR	SC	SP	SE	TO
AC		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
AL	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
AM	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
AP	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
BA	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
CE	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
DF	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
ES	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
GO	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
MA	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
MT	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
MS	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
MG	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7		7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
PA	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
PB	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
PR	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7		7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
PE	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
PI	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12
RN	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12
RS	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7		7	7	7	7	7	7	7
RJ	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7		7	7	7	7	7	7
RO	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12
RR	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12
SC	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7		7	7	7	7
SP	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7		7	7	7
SE	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12
TO	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12

Para aplicação da tabela nas operações interestaduais deverá tomar o seguinte ponto de partida:
na coluna vertical estão destacados os Estados de origem das operações;
na coluna horizontal destacam-se os Estados de destino das operações de comercialização, dos produtos, das mercadorias, dos serviços prestados;
os quadros em branco referem-se às operações internas.

A presente tabela tem por base a Resolução do Senado Federal n. 22/89.

Fonte: http://www.sitesa.com.br/contabil/notas/icms_orig.pdf Resolução do Senado Federal n. 22/89.

Na tabela acima, estão representadas as alíquotas interestaduais, agora veja as alíquotas internas de cada estado,

Alíquotas de ICMS Interno:

Segundo a secretaria da fazenda, no seu site governamental

http://www.fazenda.sp.gov.br/fci/perguntas_frequentes/perguntas_frequentes.asp

As Alíquotas internas da maioria dos estados brasileiros são de 17% com exceção dos estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo com 18% e o Rio de Janeiro com 19%.

Repare bem que o estado paulistano só fica atrás do estado do carioca que chega a 19%. Se compararmos com outros países, o Brasil é um dos países que pagam mais impostos no planeta, isso tem que mudar.

3. Impostos no século XXI

Outra vertente que esse trabalho analisa é a economia aqui, no século XXI, algo que pegou a todos de surpresa foi a crise de 2008 que nada mais foi que mau planejamento na economia americana, que após o 11 de setembro, acabou se envolvendo em 2 guerras, e gastando muito no antiterrorismo, e a economia já não ia bem por conta de que os americanos estavam importando muito e exportando pouco, recebendo ajuda de fora, com esse dinheiro colocado pelo exterior, os bancos começaram a oferecer mais crédito, inclusive a clientes considerandos de risco, a folga de crédito, gerou a bolha imobiliária, já que a grande procura, elevou o preço dos imóveis, e nesse ponto, já não compensava mais pagar altas hipotecas, quando as propriedades, valiam cada vez menos, e a partir daí os americanos, começaram a devolver seus imóveis, no que gerou o estopim da crise de 2008, e para se recuperar da crise, por meio de pesquisas de José Matias Pereira, (2012 p.11 e 12)

O processo de retomada do crescimento econômico no mundo, conforme sustenta a literatura, continuará lento nos próximos anos, com efeitos perversos sobre o emprego e a renda das populações mundiais 5. Nesse sentido, fica claro que a capacidade de recuperação dos países mais desenvolvidos, em particular os Zeus (países da Zona do Euro e os EUA) está aquém da necessária, em que pese terem uma maior responsabilidade na solução da crise, pois foi naqueles países que ocorreram as bolhas especulativas, decorrentes de falhas de regulação financeira.

A desconfiança nos mercados ainda persiste, apesar das inúmeras ações dos Estados desenvolvidos e emergentes, atuando na preservação do monopólio da emissão e do poder regulador da moeda, existem indícios de que algumas das economias envolvidas diretamente na crise estão caminhando rumo à

deflação. Recorde-se que no Brasil o efeito da forte desvalorização do real em relação ao dólar, na segunda metade de 2008, foi compensado, no índice de inflação. (PEREIRA, 2012 p.11-12)

Até hoje, apesar de o pior já ter passado, ainda nos recuperamos dessa crise.

Considerações Finais

Como foi estudado nesse artigo, vimos que o imposto no Brasil é alto, muitas vezes desnecessário, vimos que ao longo de algum tempo o Brasil foi enganado, primeiro pelos portugueses, depois por seu próprio povo, contudo o imposto alto é reflexo de um país corrupto, de uma má administração, e de pessoas que gostam de ganhar dinheiro em cima do trabalhador brasileiro, pois de um jeito ou de outro, somos sempre nós que pagamos a conta, da colônia pra cá as coisas foram apenas maquiadas, só mudou quem se aproveitava de nós, mas as intenções são as mesmas de antes, nunca mudaram, apesar de sermos um país economicamente forte, o dinheiro é para um grupo seletivo, o que mantém a desigualdade social. Podemos perceber claramente que os impostos são elevados desnecessariamente e pela má administração se compararmos nossos impostos com os de outros países, o Brasil é um dos países que mais pagam impostos, como pode um país como o Paraguai, vender produtos tão baratos e nós não? Um carro produzido aqui no interior de São Paulo custa cinquenta mil reais aqui, e no Chile esse mesmo carro produzido aqui e que é transportado para lá custa vinte e nove mil, esses impostos não podem mais continuar, a copa do mundo vem chegando e depois dela os impostos só vão aumentar, alguma coisa precisa ser feita, um novo modo de impostos e de administrar devem ser criados, e a burocracia brasileira extinta.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Secretaria da Fazenda. **Estatísticas de referência - fevereiro de 2014**, 2014. Disponível em:
www.fazenda.sp.gov.br/relatorio/2014/fevereiro/estatisticas.asp. Acesso em: 01/03/2014

BRASIL, Secretaria da Fazenda. **Resolução do Senado Federal 13/2012**, 2013. Disponível em: http://www.fazenda.sp.gov.br/fci/perguntas_frequentes/perguntas_frequentes.asp Acesso em: 05/05/2014

BRASIL, Sitesa. **ICMS - Tabela de Alíquotas nas Operações Interestaduais**. 2014. Disponível em: http://www.sitesa.com.br/contabil/notas/icms_orig.pdf Acesso em: 04/05/2014

BRASIL, Synchron. **Alíquotas de ICMS para operações dentro e fora do estado – julho de 2013**, 2014. Disponível em:
<http://synchroninformatica.blogspot.com.br/2013/07/aliquotas-de-icms-para-operacoes-dentro.html> Acesso em: 30/04/2014

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Resumo Dos Principais Tributos Incidentes Sobre o Setor De Comércio**, Dezembro 2007. Disponível em:
http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1201521136.pdf Acesso em: 01/03/2014

CRUZ, G. R; **A Direita e As Estratégias De Desenvolvimento Econômico: A Ditadura Militar Brasileira Em Foco**. Ed 46. Revista, Achegas.net – Revista de Ciência Política. 2013. Disponível em:
http://www.achegas.net/numero/46/gisele_cruz_46.pdf Acesso em: 19/03/2014

FACHIN, Odilia, **Fundamentos de Metodologia** 4ed. São Paulo: Saraiva, 2005

HADDAD, Eduardo, A. PEROBELLI, Fernando, S. **Padrões De Comércio Interestadual No Brasil, 1985 E 1997. Rio de Janeiro**, 2006. Disponível em:
http://www.ie.ufrj.br/images/blog/REC_10.1_03_Padroes-de-comercio-interestadual-no-brasil.pdf Acesso em: 20/03/2014

MACARINI, José Pedro. **A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro: 1967/69. Campinas – SP**, 2000. Disponível em:
www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1729&tp=a Acesso em: 19/03/2014

PASTORE, A, C; **A Reforma Monetária do Plano Collor**. Revista Brasileira de Economia, Vol. 45 1991. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewArticle/477> Acesso em: **19/03/2014**

PEREIRA, J. M; **Efeitos da Crise Mundial e Perspectivas de Expansão da Economia Brasileira. APGS - Administração Pública e Gestão Social**, 2012 Disponível em:

<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/54/116#.UytGUKhdVwU> Acesso em: 20/03/2014

SIMONSEN, Mario, H. **Aspectos Técnicos do Plano Collor. Revista Brasileira de Econômico**, Vol. 45 1991. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/483/7586> Acesso em: 19/03/2014

SOARES, Edvaldo. **Metodologia Científica: Lógica, Epistemologia e Normas** 1ed. São Paulo: Atlas, 2003

VARSANO, Ricardo. **A Evolução Do Sistema Tributário Brasileiro Ao Longo Do Século: Anotações e Reflexões Para Futuras Reformas**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1996. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1839/1/td_0405.pdf

Acesso em: 01/03/2014

VILLAÇA, Flávio. **Efeitos do Espaço Sobre o Social na Metrópole brasileira**. ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa Urbana e Regional, 2013. Disponível em:

<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/1768/1736>

Acesso em: 30/04/2014